Santana de Parnaiba, 24 de setembro de 2026.

De: Gabinete Vereador Josildo Ribeiro
Para: Coordenadoria de Gestão Legislativa

Referencia:
Processo: nº 12536/2026
Proposição: REQUERIMENTO n° 877/2026

Autoria: Josildo Ribeiro

Ementa: Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário, respeitadas as formalidades legais, que seja oficiada à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o motivo pelo qual a Rua Humaitá, localizada neste Município, possui dois CEPs distintos, sendo um deles vinculado ao bairro Chácaras Boa Vista e outro ao bairro Portal da Serra?

2. Informar quais são os CEPs atualmente cadastrados para os respectivos trechos da Rua Humaitá, especificando a delimitação de cada um.

3. Esclarecer quais critérios técnicos e administrativos foram utilizados pelos Correios para estabelecer a divisão da referida via entre os dois bairros e respectivos códigos de endereçamento postal.

4. Informar se existe algum procedimento em andamento para padronização, revisão ou atualização do CEP da Rua Humaitá, especialmente em razão de eventuais divergências cadastrais que possam causar dificuldades aos moradores.

5. Esclarecer se a existência de dois CEPs para a mesma denominação de logradouro pode ocasionar prejuízos ou dificuldades na entrega de correspondências, encomendas, documentos e demais objetos postais destinados aos moradores da localidade.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Processo

Ação Realizada: Processo Protocolado

Descrição:

Autenticar documento em https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300032003400360032003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Próxima Fase: DISTRIBUIR

Protocolo Automático
Gabinete Vereador Josildo Ribeiro

Autenticar documento em https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100300032003400360032003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.